

RELATÓRIO TÉCNICO

PROCESSO Nº : 225665/2012
PRINCIPAL : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP
INTERESSADO : JOSE EDINALDO COSTA
ASSUNTO : APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
GESTOR : CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
RELATOR : CONS. VALTER ALBANO DA SILVA
TÉCNICO : DIRCE S. HIRANO

Senhor Secretário:

Em atendimento ao disposto nos artigos 71, inciso III da Constituição Federal e 47, inciso III da Constituição Estadual, bem como nos artigos 29, inciso XXV e 197 da Resolução nº 14/2007-TCE, apresentamos Relatório Técnico acerca do ato administrativo que concedeu aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais ao(a) Sr^a. **JOSÉ EDINALDO COSTA**, RG 218098 SSP-CE, CPF 011 562 429-95, no cargo efetivo de Operador de Motoniveladora, Referência CE -,16 – A - 03, lotado(a) na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Sinop.

O cálculo dos proventos será integral pela média aritmética simples, nos termos da Lei nº 10.887/2004.

1. DA TEMPESTIVIDADE/INTEMPESTIVIDADE

Data da publicação do ato/portaria	14/11/12
Protocolo no TCE	21/12/12

Conforme demonstrado acima, percebe-se que os documentos encontram-se **tempestivos**.

2. DOS DOCUMENTOS PRELIMINARES

O requerimento da aposentadoria em 07/11/2012 consta dos autos.

Constam as declarações de que o(a) interessado(a) não responde a processo administrativo disciplinar; de não-acúmulo ilegal de cargo público e declaração de ciência quanto ao valor do provento.

O Laudo Médico Pericial apresenta o diagnóstico afirmando ser o(a) servidor(a) portador(a) de patologia que se enquadra no art. 14 da Lei nº 937/2006.

O Parecer Jurídico e o Parecer do Controle Interno manifestaram-se favoráveis à concessão da aposentadoria por invalidez nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 41/2003 c/c o art. 12, inc. I, do art. 12 e 14 da Lei Municipal nº 937/2006.

O ingresso no serviço público deu-se em 03/06/2004, conforme Portaria nº 247/2004.

3. DO TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO

Conforme vida funcional e Certidão Para Fins de invalidez, o tempo total de serviço/contribuição até a publicação do ato perfaz:

Anos	Meses	Dias	Total de dias
8	5	6	3077
Período	03/06/2004 a 06/11/2012		

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Portaria nº 606/2012, publicada em 14/11/2012 no JOEM, apresenta o fundamento nos termos do Art. 40, § 1º, inc. I, da Constituição Federal, com redação

dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o Art. 12, inc. I; art.13, § I da Lei Municipal nº 937/2006, que rege a previdência municipal de Sinop; Lei Municipal nº 254/1993 que dispõe sobre o estatuto do servidor público do município; Lei Municipal nº 568/1999 que trata do PCCV e suas alterações, sendo esta fundamentação pertinente ao caso.

A portaria informa a concessão de proventos proporcionais, porém, conforme o laudo médico, a enfermidade se enquadra no rol da lei municipal, portanto, os proventos serão integrais pela média, nos termos da Lei nº 10.887/2004.

5. DO CÁLCULO DE PROVENTO

A planilha de proventos integrais apresenta-se, da seguinte forma:

CARGO: OPERADOR DE MOTONIVELADORA, REF. CE – 16 – A - 03

Número de Contribuições:	102	
Número de 80% das Maiores Contribuições:	81	
Valor da Última Remuneração:	R\$ 1.719,45	
Soma dos Valores de 80% das Maiores Contribuições:	R\$ 116.255,90	
Média Aritmética Simples de 80% das Maiores Contribuições:	R\$ 1.435,26	
Redutor:	0,00	%
Valor Apurado da Base de Cálculo:	R\$ 1.435,26	
Tempo de Serviço Necessário:		dias.
Tempo de Serviço Apurado:	3078	dias.
Proporcionalidade:		
Valor Calculado do Benefício:	(+) R\$ 1.435,26	
Majoração do Benefício:	(+) R\$ 0,00	
Valor de Concessão do Benefício:	R\$ 1.435,26	

Portaria do fator de atualização das contribuições usadas para este cálculo:

Portaria Nº 000528/2012, de 07 de Novembro de 2012 - Competência 11 / 2012 - TABELA DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS

Legenda:

* Emissão das Maiores Contribuições desde Julho de 1994.

Contudo, deve ser esclarecida, pois, apesar de ter sido atualizada corretamente pela Portaria do MPAS nº 528, de 07/11/2012, a última contribuição a ser considerada é a de 10/2012.

Dessa forma, do total de 101 contribuições 80 correspondem as 80% maiores contribuições.

6. CONCLUSÃO

Assim sendo, sugerimos em conformidade com o artigo 137, da Resolução 14/2007, notificação a Senhora Cassia Aparecida Ribeiro Omizzollo – Diretora-Executiva do PREVISINOP, em obediência a garantia do contraditório e ampla defesa, consagrada pelo artigo 5º, inciso LV da CF/88, a fim de que possa prestar esclarecimentos, sob pena de ser denegado o registro, acerca do seguinte achado:

a) Retificar a planilha de cálculo;

b) Retificar a Portaria nº 606/2012 e publicar.

É o relatório.

Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, em Cuiabá,
24/02/2014.

Dirce S. Hirano
Técnica de Controle Público Externo

PROCESSO Nº : 225665/2012
PRINCIPAL : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE SINOP
INTERESSADO : JOSE EDINALDO COSTA
ASSUNTO : APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
GESTOR : CASSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO
RELATOR : CONS. VALTER ALBANO DA SILVA
TÉCNICO : DIRCE S. HIRANO

Excelentíssimo Conselheiro:

Em cumprimento ao disposto no artigo 139, § 1º, do Regimento Interno do TCE e considerando que o relatório técnico foi elaborado em sintonia com as disposições legais, manifestamos, nesta oportunidade, para confirmar seu inteiro teor.

Secretaria de Controle Externo de Atos de Pessoal, Cuiabá, 24/02/2014.

AUREA MARIA ABRANCHES SOARES

Subsecretária de Controle Externo de Benefícios Previdenciários

CONFIRMO A INFORMAÇÃO.

EDUARDO BENJOINO FERRAZ

Secretário de Controle Externo de Atos de Pessoal e Regime Próprio de Previdência Social